

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.781 - RS (2018/0210711-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : KATIA GABRIELE DOS SANTOS LENCINA
ADVOGADOS : GILBERTO DA SILVA SILVEIRA - RS049412
JOÃO LUCAS DUARTE DE SOUZA E OUTRO(S) - RS088058
AGRAVADO : FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITARIOS
MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA III - NAO PADRONIZADO
ADVOGADO : CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI E OUTRO(S) -
SP357590

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INDEVIDA.

1) Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito com pedido de exclusão do nome da parte autora dos órgãos restritivos de crédito, ante a inexistência de relação contratual com a parte requerida, julgada improcedente na origem.

2) O panorama probatório demonstrou que a autora, inicialmente, firmou operações de crédito as Lojas Marisa S.A., a qual, por sua vez, cedeu os direitos creditórios ao demandado por meio de contrato de cessão de crédito.

3) Assim, em face da operação, via cessão de crédito, a parte demandada entendeu por exercer o seu direito de credora, face ao inadimplemento do crédito cedido, apontando o nome da demandante nos órgãos restritivos de restrição ao crédito, na data de 13/08/2016, pelo valor de R\$520, 72 (...).

4) Contudo, conforme o disposto no artigo 293 do Código Civil, na cessão de crédito não se exige o consentimento do devedor, mas a eficácia contra o mesmo somente ocorre após a competente notificação regulada no artigo 290 do mesmo diploma legal.

5) No caso dos autos, a parte demandada não logrou êxito em demonstrar que a parte autora foi notificada da cessão de crédito, muito menos da comunicação prévia prevista no artigo 43, § 22, do CDC, a qual, frize-se, não supre a notificação formal do artigo 290 do CC.

6) A declaração de inexistência de dívida deverá ser dirigida

diretamente as Lojas Marisa 5/A - Cedente - sendo descabido, neste ação, declarar a inexistência da dívida, que, se existente, atinge terceiro estranho à lide.

7) Outrossim, constatada a irregularidade da cessão de crédito, e indevida a inscrição negativa do nome da parte autora nos órgãos restritivos, por ausência de notificação prévia, o pedido de exclusão dos registros negativos é medida que se impõe.

A parte agravante sustenta que é necessária a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

Incide, todavia, o enunciado 282 da Súmula do STF quanto ao tema suscitado pela agravante, pois é estranho ao julgado recorrido, a ele faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, exigibilidade suspensa em face do deferimento dos benefícios da Justiça gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora